

Chartier e Foucault: poder, cultura e representação
CHARTIER AND FOUCAULT: POWER, CULTURE AND REPRESENTATION
Cícero Oliveira*

RESUMO

O texto parte de uma abordagem introdutória ao âmbito da História Cultural crítica, como a encontramos no pensamento de Roger Chartier acerca da *representação* e da *prática social* enquanto polos de articulação da cultura e do mundo social, para em seguida explorar algumas das articulações possíveis com a genealogia do poder empreendida por Michel Foucault. Para este último propósito indicaremos que os conceitos de *lutas de representações* e *poder*, respectivamente relativos aos pensamentos de Chartier e Foucault, constituem superfície de contato privilegiada entre a História Cultural, assim compreendida, e a genealogia filosófica foucaultiana em suas tarefas críticas. Importa explicitar, portanto, que a cultura, as representações e as práticas sociais são trespassadas por relações de poder e, de forma exemplar, as que concernem à esfera política em suas distintas encarnações históricas.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Representações Sociais; Práticas Sociais; Poder

ABSTRACT

The text starts from an introductory approach to the scope of Critical Cultural History, as we find it in the thought of Roger Chartier about the representation and social practice as poles of articulation of the culture and the social world, and then to explore some of the possible articulations With the genealogy of power undertaken by Michel Foucault. For this latter purpose we will indicate that the concepts of struggles of representations and power, respectively relating to the thoughts of Chartier and Foucault, constitute a privileged contact between the Cultural History, thus understood, and the Foucaultian philosophical genealogy in its critical tasks. It is important to explain, therefore, that culture, representations and social practices are permeated by relations of power and, in an exemplary way, those that concern the political sphere in its different historical incarnations.

KEYWORDS: *Culture; Social Representations; Social Practices; Power*

* Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Amargosa-BA, Brasil; cicerojsoliveira@ufrb.edu.br

1. A história cultural do social e o mundo como representação

A chamada história cultural do mundo social, como o historiador Francês Roger Chartier (1945) a propõe, implica a reconsideração dos fenômenos históricos a partir das noções (em teste) de “representações” e de “práticas sociais” encaradas como polos complementares e articuladores da cultura e do mundo social. Para Chartier, como quer que compreendamos a cultura e suas práticas, não devemos reconhecê-las como algo pacífico, isto é, situadas além das “representações”, das “lutas de representações” e do “poder”.

A despeito de não desenvolver uma discussão em torno do conceito de cultura, os ensaios coligidos na obra *A história cultural. Entre práticas e representações* de Chartier supõem, como ele próprio afirma, a franca aceitação da cultura na forma como C. Geertz a compreende:

O conceito de cultura ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida. (GEERTZ apud CHARTIER, 1990, p. 66-67)

Não obstante o modo abrupto como introduz o conceito de cultura, Roger Chartier registra aí sua divergência no tocante à história social que na linha do pensamento marxiano indexou e subordinou a cultura ao conceito de ideologia. Nesta imagem clássica da “totalidade do social” que foi amplamente aceita por gerações de historiadores, situada no ter-

ceiro nível de uma estrutura tripartite, a cultura estaria decididamente controlada e condicionada a ser representação ideológica e espelhamento de dois outros níveis mais decisivos e determinantes da estrutura enleada ao poder e à luta, a saber, o econômico e o social.

Sob tal perspectiva, na análise de Chartier, o econômico e o cultural formam níveis parte ou pelo menos bem delimitados na estrutura social: de um lado teríamos o econômico que é determinante, de outro lado o cultural; determinado e encarado como esfera das representações ideológicas estando alojado em limites bem delimitados e por isso mesmo claramente reconhecíveis.

A recusa de semelhante partilha do social e de seu enfoque estrito e excessivo numa história social centrada, em bloco, na luta econômica, constitui o pano de fundo contra o qual o historiador francês pretende redimensionar e examinar cultura como horizonte de reconsideração do pensamento histórico e social. Daí que para o historiador afirme, no ensaio *O mundo como representação* (1989), que não obstante o deliberado distanciamento de uma expressão clássica da história social, a “história cultural do social” opera um “retorno hábil” sobre o social enquanto “centra a atenção sobre as “estratégias simbólicas” que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.” (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

No salto das lutas econômicas para as “estratégias simbólicas”, a proposta da história cultural é a de examinar

[...] como todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, logo as representações constitutivas daquilo que poderá ser denominado uma «cultura», é comum ao conjunto de uma sociedade ou própria de um determinado grupo. O mais grave na aceção habitual da palavra cultura não é, por isso, o facto de ela geralmente respeitar apenas as produções intelectuais ou artísticas de uma elite, mas de levar a supor que o «cultural» só é revestido num campo particular de práticas ou de produções. Pensar de outro modo a cultura, e por consequência o próprio campo da história intelectual, exige concebe-la como um conjunto de significantes que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais. (CHARTIER, 1990, p. 61)

O deslocamento em jogo no âmbito da “história cultural”, como Chartier a compreende, é o da passagem a ser empreendida de uma história social da cultura para uma história cultural do social. Para essa passagem, trata-se de construir uma nova articulação entre a estrutura cultural e a estrutura social que supõe um duplo movimento, simultaneamente negativo e positivo. Trata-se, em primeiro lugar, de renunciar à descrição da totalidade do social a partir da rígida hierarquia de determinações de uma instância sobre as outras. Em segundo lugar, trata-se de reorientar os esforços de decifração do social em função do reconhecimento das “práticas” e das “estruturas sociais” como realidades produzidas nos “jogos das representações” múltiplas, compósitas, contraditórias e concorrentes entre si.

Para a história cultural, é nessa dinâmica tensa e complexa das “representações” e das “lutas por representações”, coladas a indivíduos e grupos sociais, que os sentidos e símbolos que constituem a cultura (leia-

-se as diversas formações culturais) emergem, se fixam e se dissipam.

Articulada pela noção de “representação” como termo de exame das “práticas sociais”, da “cultura” e da “estrutura do mundo social”, nas palavras de Chartier, a história cultural é efetivamente definida “como análise do trabalho de representação” (CHARTIER, 1990, p. 27). Isso significa que o estudo das “representações”, no âmbito da história cultural, tem em vista os processos de formação dos significantes discursivos e performáticos, a saber, dos esquemas conceituais e de condutas (políticas e sociais) atrelados às percepção e avaliação social e às consequentes classificações e exclusões que repercutem em sua configuração num espaço-tempo.

O estudo das “representações” assim compreendidas, a saber, como eixo da “história cultural do social”, assume portanto que as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, mas antes historicamente estruturadas por obras escritas, estratégias discursivas e práticas escolares, sociais e políticas que constroem suas próprias imagens. Trata-se de lidar “com a problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam.” (CHARTIER, 1990, p. 23)

A “história cultural do social” toma como objeto estas demarcações e os esquemas que as modelam e respondem pelas formações culturais e as estruturas sociais. Longe do primado de certo recorte social que refere as clivagens de hábitos culturais a oposições sociais dadas *a priori* (dominantes e dominados, elite e povo), a história cultura pode ser igual-

mente “entendida como estudo dos processos com os quais se constrói o sentido.” (CHARTIER, 1990, p. 27). Desse modo, impõe-se repensar amplamente a relação unilateral tradicionalmente postulada entre o social; existindo por si próprio à maneira de uma estrutura apartada e independente, e as representações; encaradas de forma demasiado taxativa como seu reflexo ou seu desvio. A este respeito, no ensaio *O mundo como representação*, Roger Chartier afirma o seguinte:

De fato, as clivagens culturais não estão forçosamente organizadas segundo uma grade única do recorte social, que supostamente comandaria tanto a presença desigual dos objetos como as diferenças nas condutas. A perspectiva deve pois ser invertida e traçar, de início, a área social (muitas vezes compósita) em que circulam um corpus de textos, uma classe de impressos, uma produção, ou uma norma cultural. Partir assim dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos, leva a considerar que a história sócio-cultural repousou demasiadamente sobre uma concepção mutilada do social. Ao privilegiar apenas a classificação sócio profissional, esqueceu-se de que outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, podiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício.” (CHARTIER, 1991, p. 180-181)

Em suma, a perspectivação cultural tem em mira uma história social dos usos, das interpretações e das produções de sentido indexadas às práticas discursivas e aos comportamentos que as produzem. Daí a concentração não em divisões sociais prévias identificadas a partir da diferença de classes e fortunas, e sim em torno das múltiplas táticas, das condições e dos processos que concretamente possibilitam as operações de produção de sentido. Tal procedimento, como afirma Chartier à ma-

neira de Paul-Marie Veyne e Michel Foucault, implica reconhecer que as inteligências e as ideias não são historicamente desencarnadas ou desarticuladas das sociedades, do espaço e do tempo em que se situam.

Daí que o historiador francês, a história cultural trabalha na contramão dos “pensamentos do universal” enquanto opera sob a premissa metodológica de que “as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.”¹ (CHARTIER, 1991, p. 180)

A perspectiva aberta para pensar os múltiplos pontos de articulação entre as obras, as práticas e representações sociais e a vida, isto é, o mundo da cultura e o mundo social para além do recorte clássico que estabelece a primazia do econômico, se mostra mais adequada à pluralidade das clivagens que trespassam a ordem social e à diversidade de conexões dos códigos partilhados.

2. A cultura na gênese do Estado moderno

Vejamos um campo de aplicação da história cultural, ainda que de modo breve e a título de simples indicação, a partir de um texto de Chartier que de resto é concebido como uma espécie de programa de investigação.

Quando no Ensaio *Construção do Estado moderno e formas culturais – perspectivas e questões* Roger Chartier expressa a definição míni-

¹ Veremos, na terceira parte do presente texto, que o conceito foucaultiano de “governamentalidade” é uma aplicação deste princípio a propósito do Estado, tradicionalmente tomado como categoria fundamental do pensamento político.

ma de tal Estado, a partir da conjunção histórica de dois mecanismos que o estruturam a longo prazo, a saber, os monopólios fiscal e militar, destaca de saída duas problematizações que compõem o campo de interesses e o tipo de abordagem da história cultural em torno da gênese do Estado moderno.

(i) Em primeiro lugar, ao contrário de assumir ou fornecer uma definição invariável do “Estado”, o que significa pensa-lo como “categoria universal” e base estável para o estudo de suas modalidades históricas, estabelece que é preciso encará-lo em sua formação política original e

[...] reconhecer, antes de mais, na sua irredutível especificidade, às formas originais, sucessivas ou contemporâneas, tanto da repartição e do exercício do poder, como dos equilíbrios sociais em que se baseiam. O principal objeto do programa de investigação proposto consistiria em caracterizar, no seguimento de Marc Bloch ou de Norbert Elias, essa forma política original, que poderá ser qualificada de Estado moderno, existente no Ocidente entre a época dos principados territoriais ou «Estados feudais» e a época dos Estados contemporâneos da sociedade industrial. Mais do que o acordo sobre a definição universal de uma categoria, importa fazer o diagnóstico comum que identifique uma delimitação específica, um equilíbrio próprio, uma caracterização original do exercício do poder entre os séculos XIII e XVII. (CHARTIER, 1990, p. 217)

Primeiro ponto: a compreensão do Estado historicamente encarnado ou como forma política original, supõe antes de tudo o compromisso de pensá-lo fora do marco de um “universal histórico”.

(ii) A segunda problematização da história cultural acerca do Estado moderno desdobra-se da primeira. Ela destaca o fato de que,

embora aceitável em termos gerais, a definição mínima e primária deste Estado a partir dos monopólios fiscal e militar, naturalmente não dá conta dos processos de transformações implicados em sua emergência.

Entre outras transformações culturais decisivas à compreensão do Estado moderno, o exemplo e o foco de análise explorados por Chartier (ocupado com a “História da leitura”²) é o que concerne às inovações das condições culturais relativas ao recurso crescente à escrita, particularmente relativas às novas competências administrativas estatais no tocante aos tributos e à justiça.

Na proposta do autor, esta reconsideração cultural do Estado de gestão pode assumir a difusão dos (1) “materiais escritos produzidos pelos Estados, isto é, pelos príncipes, os juristas, as suas chancelarias, os seus agentes nas províncias” (CHARTIER, 1990, p. 218), bem como (2) a “alfabetização das populações” como eixos de uma nova realidade compósita e decisiva para o advento do Estado moderno enquanto forma política original.

Para Chartier, há portanto que examinar as condições culturais que se colocam lado a lado com outro setores sociais e que possibilitam o Estado moderno, e não simplesmente como um resíduo ou algo derivativo deste processo de constituição. Quando numa nova esfera de gestão política a “palavra escrita” passa a ser os “signos do poder” e mesmo seu

² “Importa para a história enquanto teoria da leitura indagar como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.” (CHARTIER, 1990, p. 24).

gesto fundamental, o espaço cultural do Estado de justiça está diretamente implicado nas transformações políticas.

Portanto, o historiador francês considera que o Estado moderno está imbricado e emoldurado em novas competências culturais que passam fundamentalmente: (a) pela multiplicação da “escrita de Estado” (dos representantes da autoridade pública ou que a eles sem dirigem) nos mecanismos de administração, e (b) pelos progressos da alfabetização das populações, dos agentes públicos e dos súditos que exercem ou aprendem o poder e o comando da justiça em textos que se destinam a esta finalidade.

(a) A “escrita de Estado”, a escrita dos representantes da autoridade pública ou a eles dirigida, comportaria três rupturas com implicações decisivas para o modo como o poder soberano fez conhecer sua autoridade.

Três grandes rupturas modificaram profundamente a maneira como o Estado dá a conhecer as suas vontades ou registra as dos seus súbditos: [i] a que substitui a declaração oral pela fixação escrita (é o caso de Inglaterra, dos séculos XII e XIII, com a multiplicação dos royal writs), [ii] a que substitui o recurso ao notário pelo desenvolvimento das chancelarias (o que representa uma evolução essencial das cidades-estado italianas, tanto pela constituição das documentações administrativas como pela redação das crônicas), [iii] e por fim a que faz recuar o manuscrito perante o texto impresso, alterando a escala da circulação dos documentos oficiais e da literatura de justificação e também dos escritos críticos denunciadores do Estado moderno nos seus abusos ou nos seus fundamentos.³ (CHARTIER, 1990, p. 218)

3 Num registro comparativo, o autor prossegue nos seguintes termos: “Estas novas práticas, escalonadas entre os séculos XII e XVI, não devem fazer esquecer as resistências tenazes das formas antigas de comunicação e de administração. Assim, na Inglaterra dos séculos XII-XIII, apesar dos progressos quanto ao domínio da leitura e da escrita, mesmo em latim, entre os cavaleiros e os oficiais do rei, apesar do constante recurso às cartas, a palavra ou-

(b) A “alfabetização das populações” é o fenômeno correlativo ao desenvolvimento do Estado moderno calcado no recurso crescente ao texto manuscrito e subsequentemente ao impresso. De modo que a mensuração da produção escrita tem de estar conjugada ao exame das competências culturais das populações, dos súditos e dos agentes que aprendem e exercem o poder de comando e de justiça pela mediação de textos destinados a este fim.

Para a história cultural do enleio entre escrita e Estado na modalidade administrativa ou do exercício do poder (que se distingue de outras relações com o escrito como ocorre no concernente ao texto sagrado), importa identificar a singularidade de seus usos, as competências e os efeitos sobre as populações.

Para este propósito, Chartier destaca a necessidade de enfoque sobre as “políticas escolares”, a saber, os projetos formativos com os quais os Estados modernos visam controlar as instituições em função da formação de seus agentes, que a despeito do perfil programático, nem por isso deixa de ter efeitos outros imprevisíveis e fora do controle estatal:

Para além destas ‘políticas escolares’, a construção do Estado moderno tem um peso determinante nas conjunturas estudantis. Com efeito, ao multiplicar cargos e ofícios, ela produz em muitos indivíduos a esperança de uma carreira na justiça ou na administração, levando assim

vida e o gesto visto permanecem a expressão essencial do poder de comando e de justiça. Mais tarde, mesmo nos Estados onde os escritos são familiares, o grito público continua a ser o primeiro meio de publicação das vontades do príncipe. Aliás, nas monarquias do século XVII, não são mobilizadas todas as potencialidades do impresso para o serviço da administração, nem para a unificação das informações necessárias ao governo, nem para a reprodução e divulgação dos documentos reunidos pelos que o exercem.” (CHARTIER, 1990, p. 218).

a um aumento, por vezes acentuado, das matrículas e da obtenção de graus acadêmicos nas universidades, e a um alargamento certo da área social do seu recrutamento. O crescimento do Estado faz pensar como possível a conversão do grau acadêmico em ofício, do título em posição — uma posição superior em dignidade e rendimentos relativamente a ocupada pelo pai. [...] A construção do Estado moderno tem consequências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas suas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indeléveis. (CHARTIER, 1990, p. 225)

3. Genealogia do Estado moderno: escritos políticos e estratégias de poder em torno da vida

Como Roger Chartier (1945) no domínio da “história cultural”, no contexto de sua “genealogia do poder” Michel Foucault (1926-1984) empreende um exame filosófico acerca do Estado como realidade compósita, não monolítica ou como realidade política original constituída (dentre outros fatores) a partir do cruzamento das novas estratégias ou das novas práticas do poder com representações discursivas que lhe são contemporâneas.

Afim de indicarmos alguma superfície de contato entre a “história cultural” e a “genealogia filosófica” acerca do Estado, é oportuno destacar que o influxo do filósofo francês Michel Foucault sobre a concepção metodológica da história cultural praticada por Roger Chartier, é claro e inequivocamente expresso em alguns de seus ensaios. Para este registro um excerto de Chartier nos parece particularmente exemplar:

Depois de Foucault, torna-se claro, com efeito, que não se podem considerar esses «objetos intelectuais» como «objetos naturais» em que apenas mudariam as modalidades históricas de existência. A loucura, a medicina ou o Estado não são categorias pensáveis em termos universais e cujo conteúdo seria particularizado por cada época. Por detrás da permanência enganadora de um vocabulário que é o nosso, é necessário reconhecer, não objetos, mas objetivações que constroem de cada vez uma forma original. Como afirma de maneira elegante P. Veyne, cujo comentário aqui reproduzimos: «neste mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o bispo: as figuras são aquilo que delas fazem as configurações sucessivas, no tabuleiro». (CHARTIER, 1990, p. 65)

A essa altura, deveria estar claro que a perspectivização cultural da história em Chartier tem em mira uma história social dos usos, das práticas, das interpretações e das “representações” que resultam em “produções de sentido” e formas determinadas de práticas sociais em geral. A este respeito penso que o projeto de Chartier de uma reconsideração sistemática do Estado moderno, como articulador de uma forma singular de organização do poder, converge com a genealogia filosófica de Foucault, sem bem que por caminho e com foco distintos⁴.

Quando no curso *Segurança, território, população* (1978) Foucault se propõe a traçar a genealogia das “práticas políticas de governo dos homens”, que segundo sua hipótese constitui a forma política característica do poder na modernidade, começa por indagar acerca da origem e do

⁴ De modo bastante esquemático poderíamos dizer que enquanto Chartier pretende realocar a cultura (especialmente a história intelectual acerca do texto e da leitura) no âmbito da história social moderna, Foucault se concentra no esforço filosófico de fazer a análise genética da “governamentalidade biopolítica” moderna cujas, prefigurações históricas remontam até o cristianismo primitivo, seguindo com suas formas de apropriação históricas.

sentido específico da “arte biopolítica de governo dos homens”, articuladora das inusitadas estratégias de poder estatal sobre a vida.

Já no curso *Em defesa da sociedade* (1976) Foucault nos faz notar que em seu âmbito a própria noção moderna de soberania, como expressão precípua do poder político apoiado no direito de vida e de morte, se inscreve no domínio biológico, ou melhor, circunscreve certos eventos biológicos no âmbito político, já que por este poder vida e morte não são tanto eventos naturais como resultados de certo *modus operandi* do poder político.

Em virtude do poder soberano, contratualmente instituído para a proteção da vida dos seus, vida e morte não são tanto eventos naturais como o resultado de certa operacionalização do poder. Vida e morte são fenômenos que estão a partir daí deslocados da natureza para o âmbito não-natural do político. Vida e morte são acontecimentos imbricados, condicionados pelo exercício soberano do poder.

Se bem que o cenário biológico do político na modernidade esteja claramente definido já na concepção clássica de soberania, Foucault sustenta que vai aparecer na segunda metade do século XVIII a tecnologia biopolítica de poder que assinala a decisiva transformação do assimétrico direito soberano de “fazer morrer ou deixar viver” no direito oposto de “fazer viver e de deixar morrer”. Tal é o sentido preciso conferido à biopolítica: o gerenciamento político da vida especialmente ocupado com sua otimização, seu incremento, sua homeóstase⁵.

5 A biopolítica se define como tecnologia de poder que assume o governo da população enquanto “homem-espécie” atravessado pela mecânica do vivo; como instância e suporte de processos biológicos sujeito a condições internas e externas que podem fazê-lo variar.

De qualquer modo, a cremos em Foucault, a emergência moderna de uma arte ou de uma tecnologia específica de “governo político dos homens” (concebida num campo próprio de competência no tocante ao modelo cristão de um “governo pastoral das almas”) é um evento testemunhável em dois eixos que se desenvolvem de forma simultânea e colaborativa: **(1)** no terrento de uma febril produção da literatura política seiscentista e setecentista, mas também **(2)** na efetiva transição das práticas de poder do Estado de justiça à governamentalidade biopolítica.

Portanto é no cruzamento, na intersecção sistemática das *novas representações discursivas do poder* e das suas *novas estratégias políticas* (delimitadoras das funções gerenciais do Estado moderno para muito além da justiça) que se constitui a forma inusitada do poder como gestão otimizada da vida. Foucault sustenta que é na primeira grande leva dos escritos anti-Maquiavel, concebidos no mesmo espírito das transformações políticas em curso, que encontramos as primeiras elaborações acerca de uma teoria política relativa à compreensão do sentido de “governar” que se fez absolutamente decisiva para o modo como ainda compreendemos o exercício do poder político⁶.

Em todo caso, trata-se de variáveis que podem obstar ou compor os controles regulares de sua otimização e de seu melhor proveito econômico. Em suma, trata-se das componentes biológicas que figuraram como o principal objeto do empenho na gestão política das populações globalmente “afetadas por processos de conjunto próprios da vida”. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

6 Com efeito, a expressão “gestão governamental”, bastante corrente no vocabulário político hodierno, deve ser lida como a competência própria da arte política de governo, da boa condução pública dos homens que tem a economia-política como símbolo maior da rede de saber/poder articuladora do encargo político. “Governar”, no sentido político vigente de “administrar”, de fazer a adequada “condução”, a boa “gestão” dos homens e das coisas, implica, segundo Foucault, o reconhecimento e o recorte da população como um

É no meado do século XVI, afirma Foucault, que eclode no domínio teórico os problemas particularmente voltados à arte de governar como a conhecemos. Ocorre que nos limites da modernidade a representação tradicional da “arte de governar”, no que é particularmente representada pelo *O príncipe* de Nicolau Maquiavel, envolve antes de tudo um *savoir-faire*, um “tratado de habilidades”, pelo qual o objetivo do príncipe é conservar o seu principado com o qual possui vínculos frágeis.

Para Foucault, é no contraponto à esta arte ainda “territorial” de governar figurada n’*O príncipe* de Maquiavel que se constitui a enorme e longeva “discursividade” e “representação” escrita acerca de uma arte inteiramente nova de governo político que reivindica para si a tarefa de uma “racionalização” do exercício poder.

Segundo a classificação foucaultiana, na grande massa da literatura política de espírito combativo que parte de meados do século XVI e se estende até o fim século XVIII, – e cujos representantes destacados são autores como Guillaume de La Perrière (1499-1565), François La Mothe Le Vayer (1588-1622), François Quesnay (1694-1774) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), – nesse volumosa e pletórica produção escrita a figuração “racionalizada” do poder soberano é sistemática e progressivamente deslocada de um registo jurídico-territorial para o novo registo “biopolítico”.

O que fora identificado por Foucault como um “deslocamento fundamental na ordem do poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 286), nível específico da realidade humana, com saberes e formas características de intervenções confiadas ao governo; aqui particularmente compreendido como um determinado saber-poder político.

envolve o processo teórico e efetivo de transição da administração do território à gestão estatal da “dos homens e das coisas” (e mais tarde da “população”), pela primeira vez concebida à imagem da relação entre o patriarca e a família. Esta imagem fundadora da “economia” em sentido moderno e em consequência de seu deslocamento do privado para público, acusa a imbricação decisiva entre a política e certa competência técnica atrelada ao sentido político conferido ao “governar”: (a) inicialmente concebido como “arte de governo”, no século XVI, e (b) pouco depois como “ciência política”, no século XVIII.

Foi ao “fim” e ao “cabo” deste processo histórico prático-representativo vinculador do domínio econômico ao domínio político, que a justaposição “economia-política” passou a referir a “gestão” ou a “boa condução” (e a ciência da boa condução) dos homens e das coisas na forma da economia.

A arte do governo, tal como aparece em toda essa literatura, deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia – isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convém –, como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? A introdução da economia no seio do exercício político, é isso, a meu ver, que será a meta essencial do governo. Assim o é no século XVI, é verdade, mas será também ainda no século XVIII. No verbete ‘Economia política’ de Rousseau, vocês veem como Rousseau ainda coloca o problema nesses mesmos termos, dizendo em linhas gerais: a palavra ‘economia’ designa originalmente ‘o sábio governo da casa para o bem comum de toda a família. Problema, diz Rousseau: como esse sábio governo da família poderá, *mutatis*

mutandis, e com as discontinuidades que serão observadas, ser introduzido na gestão geral do Estado?’. Governar um Estado será portanto aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, [exercer] em relação aos habitantes, as riquezas, a conduta de todos e de cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens. (FOUCAULT, 2008b, p. 126-127)

Como a história cultural de Roger Chartier que explora as conexões fundamentais entre a “representações” e as “práticas” sociais pelo recurso às “estratégias simbólicas” (às “lutas de representação” que constroem os “sentidos”), o projeto foucaultiano para a genealogia da governamentalidade biopolítica sugere que o remanejamento moderno das práticas de poder opera de modo articulado e simultâneo como esforço discursivo de racionalização do poder.

Justamente: “governamentalidade” é o conceito cunhado por Foucault para o registro filosófico dos múltiplos expedientes históricos implicados no longo processo moderno dos que julgam operar uma “racionalização” científica do poder, a começar pela representação escrita. É dentro deste quadro de “representações” discursivas que o poder faz de si, deflagrado pela literatura política da razão de Estado, que o filósofo francês propõe uma releitura crítica não apenas do domínio político moderno, como também da estatística, da medicinal social, da sexualidade da economia, do liberalismo e do neoliberalismo.

Referências Bibliográficas

ACHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. O mundo como representação. In: Estudos avançados, 11 (5), 1991.p. 173-191.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: MACHADO, Roberto (org.). Microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal, 2011. p. 193-207.

_____. Em defesa da sociedade. Trad. Martina Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Nascimento da biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, 2008a.

_____. Segurança, território, população. A vontade de saber. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. Vigiar e punir. 32 ed. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro, Editora Vozes: 1997.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Filosofia e cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.